

### Bush e os "Guerreiros Frios" no Novo Mundo

Alfredo Valladão

Com George W. Bush, os EUA estão a redefinir o seu papel no mundo. O Objectivo é consolidar e desenvolver sistemas de alianças, militares e económicas, subordinados à liderança americana, mas sem as pretensões morais universalistas que existiam com Clinton. O novo presidente explicou a receita: humildade e projecção de força.

"Falar suavemente e usar o bastão": a nova Administração americana de George W. Bush parece querer ressuscitar a velha sabedoria do Presidente Teddy Roosevelt nos alvares da expansão imperial americana na viragem do século XX. E pode não ser um acaso. A última eleição presidencial tinha também muito a ver com uma nova definição do papel dos Estados Unidos no mundo. Depois de oito anos de "boom" económico, as questões internas (baixar ou não os impostos, pagar ou não a dívida pública, segurança social, educação...), pareciam relativamente triviais, apesar de serem as mais mobilizadoras. A tal ponto que acabou praticamente em empate técnico. Nada trivial, porém, era o debate sobre como manter e organizar a excepcional preeminência americana neste começo de século XXI. E este não foi resolvido nas urnas, mas pelo próprio "establishment", pela voz do Supremo Tribunal.

Bill Clinton tinha definido uma estratégia clara para promover a liderança dos Estados Unidos no mundo do pós-Guerra Fria : "alargar a democracia de mercado". Tratava-se de favorecer a liberdade de comércio pela integração da economia mundial em torno do pólo norte-americano e, para tanto, de fomentar o quanto possível os valores democráticos e regras do jogo mundiais "compatíveis com a prática americana". Nesta visão do mundo, o poderio militar dos Estados Unidos e a capacidade de intervenção unilateral eram considerados como um complemento — certamente indispensável — a uma acção de cunho multilateralista. A América de Clinton e Gore via-se como um poderoso "honest broker": um líder que utiliza a sua potência para sustentar um processo de diálogo permanente com os aliados e amigos, com vista a definir e criar normas e regras multilaterais universais inspiradas nas instituições norte-americanas.

Tal concepção induziu um activismo voluntarista, tanto no campo económico-comercial quanto militar. O interesse dos Estados Unidos confundia-se com o bom funcionamento de um planeta globalizado e isto tinha como consequência uma responsabilização e um envolvimento americano cada dia mais forte nos detalhes da gestão quase quotidiana das crises, grandes e pequenas, políticas ou económicas, em qualquer parte do mundo. Al Gore, durante a campanha presidencial, chegou a defender um programa claramente intervencionista e o princípio da utilização das forças armadas não só para estabelecer a paz (peace-keeping) nas regiões mais conturbadas, mas também na construção de nações e sociedades democráticas (nation-building).

No modelo clintoniano do império democrático, o processo do diálogo em si, uma vez aceites os valores comuns, contava mais do que qualquer conteúdo ou projecto específico para se chegar às soluções. Mas esta prática da liderança não era vista com bons olhos por uma parte importante do "establishment" político-estratégico americano. Alertava-se para diversos perigos: falta de visão e de objectivos claros para a política externa, diluição dos interesses dos Estados Unidos no menor denominador comum de posições negociadas "ad nauseam", transformação das forças armadas do país num "policia mundial", levando ao seu enfraquecimento,

tensões desnecessárias com o resto do mundo pela maneira arrogante de tentar impor os valores americanos... Em suma, criticava-se a excessiva "extensão" ("over extension") das forças e responsabilidades norte-americanas, e a subsequente perda de controle sobre a agenda internacional.

Os críticos, agora, chegaram ao poder com George W., e com ele regressa a noção de liderança substantiva de cunho mais unilateralista. O novo Presidente resumiu claramente a sua filosofia declarando : "A nossa nação é melhor quando projecta a sua força e o seu propósito com humildade. (...) Se não formos capazes de estabelecer a nossa própria agenda, isto será feito por outros, pelos adversários no exterior ou pela crise do dia". Quanto aos aliados, "a América tem que trabalhar de maneira próxima com os nossos amigos nos tempos de calma se queremos poder mobilizá-los em tempos de crise". Humildade e projecção de forças é um belo e significativo oxímoro.

Na verdade, não se trata mais de discutir com os aliados para chegar a uma decisão comum, mas de tomar a decisão e convencer os aliados a aceitá-la, mediante pequenos ajustes. Muda-se a perspectiva: a antiga administração visava integrar, em torno da liderança americana, um mundo fundado em valores e leis universais, a nova pretende consolidar e desenvolver sistemas de alianças, militares e económicas, subordinados a esta liderança, sem pretensões morais universalistas.

Com Bush e sua equipa de pesos pesados veteranos da Guerra Fria estamos a assistir ao regresso das concepções geopolíticas mais tradicionais. "A fraqueza é provocatória", declarou o novo secretário da Defesa, Donald Rumsfeld. A componente militar do poderio americano não é mais um simples complemento, mas o eixo central da organização do império democrático. Bush afirma a potência unilateral dos Estados Unidos como base de um multilateralismo concebido como um leque de alianças liderado por Washington. A prioridade da política externa americana será muito mais fortalecer coligações dos que estão dispostos a agir em sintonia com os americanos ("coalitions of the willing"), do que encorajar grandes instituições e regras universais. E isto, tanto do ponto de vista militar quanto económico. Trata-se de uma visão da liderança mais hierarquizada e militarizada. As forças americanas só deveriam entrar em campo – a sós ou liderando uma coligação de aliados – em caso de uma grande ameaça sistémica. Crises com uma dimensão apenas regional, deveriam ser tratadas prioritariamente pelos países amigos envolvidos, com a ajuda logística dos Estados Unidos. Estas coligações regionais assumiriam a responsabilidade pela gestão da reconstrução pós-conflito, juntamente com organizações não-governamentais, eventualmente financiadas por Washington. "Peace-keeping" sim, quando os interesses fundamentais da América estão em jogo, caso contrário é tarefa para os aliados. "Nation-building" não: é trabalho para as ONGs e para os governos próximos do conflito.

Quanto aos valores comuns – a "democracia de mercado" – eles continuam a alicerçar a "Weltanschauung" americana, porém, como declarou o novo secretário de Estado, Colin Powell, serão promovidos "pelo exemplo". Na verdade, os novos "guerreiros frios" não acreditam que o resto do mundo está disposto, unânime, a adoptar estes valores. Quem quiser abraçá-los receberá ajuda e será bem muito tratado. Quem não estiver interessado poderá ter relações normais com os Estados Unidos, com a condição de se comportar, evitando ameaçar os equilíbrios estratégicos, económicos ou mediáticos garantidos por Washington. Para o restante, só o famoso bastão: é a nova definição da "humildade". "Os ditadores continuam a existir (...), mas estas relíquias do passado, mesmo que possam ser perigosas e requerer a nossa atenção, já não têm a capacidade de destruir a nossa civilização", disse Colin Powell, no Senado. Para os amigos tudo, para os inimigos nada, para os indiferentes a lei!

Os primeiros dias da nova Administração já deram uma ideia das prioridades estratégicas do governo Bush. Antes de tudo, foi reafirmada a opção de desenvolver um escudo anti-mísseis (National Missile Defense) para proteger o território nacional dos possíveis futuros desafios provenientes de governos hostis

que tenham uma pequena capacidade balística. A ideia não é só garantir a invulnerabilidade da América frente às ameaças "assimétricas" do fraco ao forte, mas também a defesa dos aliados por meio de sistemas anti-mísseis regionais e locais (Theatre Missile Defense). NMD e TMD deveriam portanto garantir a preeminência militar absoluta dos Estados Unidos, a única potência com condições financeiras e tecnológicas de implementar tal programa. Os aliados europeus, a Rússia e a China, todos contrários a esta ideia, devem preparar-se para enfrentar uma forte ofensiva diplomática americana para que aceitem e até participem nesta nova direcção estratégica.

No segundo nível das prioridades militares, a Europa, China e Médio Oriente foram definidos como os principais pontos estratégicos. "A NATO é sacrossanta : enfraquecer a NATO é enfraquecer a Europa, o que enfraquece os Estados Unidos", comenta Colin Powell. A nova Administração aceita o conceito de Identidade Europeia de Segurança e Defesa com uma condição : que não debilite a NATO. A nova conselheira de Segurança Nacional da Casa Branca, Condoleezza Rice, já declarou que é necessário uma Europa com forças militares robustas para assumir parte mais substancial da carga da segurança colectiva, mas sublinhou que os Estados Unidos não vão admitir um bloco europeu que decida posições comuns antes de discutir com Washington. Por outras palavras: sim a uma força militar europeia bem estruturada e preparada, mas dentro dos limites da organização militar integrada da NATO e dos mecanismos de diálogo político da Aliança Atlântica.

A China, por seu lado, não é vista como inimigo inevitável, mas como um "rival potencial" na região Ásia-Pacífico. O objectivo será manter boas relações comerciais e cooperar em áreas de mútuo interesse (exemplo: a Coreia do Norte). Mas enquanto um regime democrático não se instalar no país, "a China será tratada como merecer", diz Colin Powell. O que significa: apoio reforçado a Taiwan e estreitamento das alianças com o Japão, a Coreia do Sul e a Austrália.

Neste esquema, a Rússia só aparece como um problema relativamente secundário. Trata-se simplesmente de continuar a ajudar a transição para a democracia de mercado e a pressionar Moscovo para se comportar como um "membro responsável da comunidade internacional" (acabar com as vendas de armas convencionais sofisticadas a países "irresponsáveis" e com a proliferação de tecnologias de mísseis ou nucleares). "Nós não devemos temer que a Rússia tenha objecções (à nossa política), temos simplesmente de as levar em conta e encontrar um meio de as resolver", comenta Colin Powell.

Em relação ao Médio Oriente, a política de Bush será ainda mais dependente dos interesses petrolíferos. Vários membros do gabinete são oriundos da indústria do petróleo, particularmente o poderoso vice-presidente Richard Cheney, antigo executivo da Halliburton Company. A nova Administração tentará envolver-se menos nos detalhes da negociação entre Israel e os palestinianos, considerando todos os problemas da região em função quase exclusivamente da estabilidade dos países produtores de petróleo e da segurança dos aprovisionamentos. Portanto, prudência no conflito israelo-árabe, dureza contra o Iraque, aberturas cautelosas ao Irão, apoio decidido à Arábia Saudita.

Paralelamente, está a ser criada uma comissão especial sobre a questão energética com o propósito de desenvolver uma nova geopolítica petrolífera visando uma maior autonomia para os Estados Unidos e os seus principais aliados. Europa, América do Norte e América Latina deveriam ser abastecidas essencialmente por fontes atlânticas (Mar do Norte, costa africana, Caribe e as novas e promissoras reservas na América do Sul), enquanto que o Médio Oriente serviria apenas para as necessidades do Japão e da Ásia emergente (o que, por tabela, tornaria estas regiões ainda mais dependentes da garantia militar americana no Golfo).

A outra área estratégica para a nova Administração são as Américas. Mas no hemisfério americano o objectivo é mais económico do que militar. O jovem Bush está decidido a retomar o projecto do pai de criar uma área de livre-comércio das Américas (ALCA), do Alaska à Terra do Fogo. A primeira viagem ao estrangeiro do

novo Presidente será para conversar com o seu colega mexicano Vicente Fox, e no Congresso um grupo de parlamentares já está a preparar um projecto de lei para liberalizar e dar mais garantias legais à emigração mexicana nos Estados Unidos. A Cúpula das Américas, em Abril 2001, na cidade de Quebec, representará também o primeiro palco internacional para Bush. Para que não haja nenhuma dúvida, Robert Zoellick foi nomeado para o cargo de Representante para o Comércio (USTR) e a Casa Branca já está a preparar uma estratégia para apresentar ao Congresso, nos próximos meses, um pedido formal de "via rápida" (fast-track) a fim de poder dar um novo impulso às negociações. Zoellick sempre foi um dos maiores defensores da ALCA e é considerado um dos melhores operadores políticos de Washington, com experiência tanto no campo político quanto no campo económico (como membro da Administração do velho Bush, ele teve um papel relevante na reunificação alemã e na montagem da aliança ocidental na Guerra do Golfo, além de ter tido uma actuação destacada no Tesouro).

Esta prioridade latino-americana em matéria de política comercial traz também uma nova inflexão relativamente às visões mais multilateralistas da Administração Clinton. "O comércio aberto é uma força enorme. (...) Nós preferimos que a Organização Mundial do Comércio seja líder nesta questão, mas também estamos interessados nas iniciativas para ampliar o comércio a nível bilateral e regional", explica Colin Powell. Na verdade, a visão de um mundo feito de sistemas de alianças também vai estender-se ao comércio : a OMC mantém-se como marco das normas universais e da disciplina colectiva neste campo, mas, enquanto esperamos um hipotético Millenium Round, vamos avançando decididamente para um leque de acordos de livre-comércio em torno da economia americana.

Aqui também, trata-se de ser menos afirmativo na questão dos "valores" (cláusula social ou protecção do meio-ambiente), mesmo que a Administração Bush tenha que levar em conta as reticências de uma parte dos parlamentares democratas dependentes do voto dos sindicatos e das ONGs ecologistas. No entanto, o objectivo final é idêntico ao de Bush senior: um hemisfério americano economicamente integrado nos Estados Unidos que, com os seus 800 milhões de consumidores potenciais e os seus 11 triliões de dólares de PIB, constituiria o eixo central da economia mundial e o principal motor para a criação das regras, normas, standards e comportamentos do mundo globalizado.

Na verdade, George W. Bush, apesar da reputação de cabeça oca, começou o seu mandato de maneira firme e com objectivos de política externa elaborados e claros. Certamente, a experiência de Bush senior está ao serviço do filho. Aliás toda a equipa de assuntos internacionais é constituída por pesos pesados das antigas Administrações republicanas. O vice-presidente Richard Cheney já foi chefe de gabinete do Presidente Ford e ministro da Defesa de Bush durante a guerra do Golfo. Ele é delfim do novo ministro da Defesa, Donald Rumsfeld, que também já ocupou o cargo durante a Administração Ford. Rumsfeld por sua vez, é um dos operadores políticos conservadores mais experientes e respeitados da capital americana. Ligado à indústria farmacêutica, foi também o principal promotor da ideia de um escudo anti-mísseis. O ultra-respeitado Colin Powell é o tipo do general "político". Primeiro oficial negro a chegar a chefe do Estado-maior da Forças Armadas (e agora primeiro negro na Secretaria de Estado), fez boa parte da sua carreira nos gabinetes republicanos. Para o Conselho de Segurança Nacional da Casa Branca, Bush nomeou Condoleezza Rice, especialista da União Soviética e da Guerra Fria, que já assessorava o governo do velho Bush.

Além de Bob Zoellick, outros membros de peso da nova equipa são o secretário do Comércio, Donald Evans, também vindo da indústria petrolífera e o secretário do Tesouro, Paul O'Neill, antigo patrão da multinacional do alumínio Alcoa e também membro do gabinete de Gerald Ford. O'Neill tem uma particularidade interessante: é muito amigo de Allan Greenspan, o todo poderoso presidente da Reserva Federal. Portanto, pode ser que o jovem Bush seja um pouco "leve" (e mesmo assim, cuidado, os Presidentes americanos têm tendência para crescer no cargo), mas ele já foi presidente de uma equipa de baseball, o Texas Rangers, e percebe de

jogadores. A equipa que ele montou para o começo de seu mandato representa a fina flor da comunidade estratégica conservadora dos Estados Unidos, mas é uma das mais experientes e impressionantes das últimas presidências.